

SUMÁRIO EXECUTIVO

RESULTADOS DA PESQUISA DE ACOMPANHAMENTO DE PROGRAMAS E AÇÕES EM DESENVOLVIMENTO SOCIAL - PADS EM RELAÇÃO À INCLUSÃO PRODUTIVA

CP2 Consultoria, Pesquisa e Planejamento Ltda.

Brasília, junho de 2014

Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Sumário Executivo

RESULTADOS DA PESQUISA DE ACOMPANHAMENTO DE PROGRAMAS E AÇÕES EM DESENVOLVIMENTO SOCIAL - PADS EM RELAÇÃO À INCLUSÃO PRODUTIVA

1. Apresentação

A Pesquisa de Acompanhamento de Programas e Ações em Desenvolvimento Social - PADS - foi realizada por meio da contratação da empresa CP2 Consultoria, Pesquisa e Planejamento Ltda., na modalidade licitatória de pregão eletrônico, pelo período de nove meses, a partir de 31 de janeiro de 2012, e prorrogada duas vezes por meio de Termos Aditivos, totalizando mais quinze meses.

A PADS teve a finalidade de permitir ao Ministério dispor de um instrumento específico, periódico e tempestivo para aprofundar a elaboração de diagnósticos e acompanhar a implementação de seus programas e ações, particularmente, aquelas associadas ao Plano Brasil Sem Miséria. Além disso, a pesquisa também permitiu captar percepções da população com relação às questões nacionais e às políticas sociais, levantadas em pesquisas de opinião realizadas entre 2008 e 2010.

O presente estudo busca avaliar os resultados da PADS referentes ao tema da inclusão produtiva, especificamente, no que se refere aos cursos de qualificação profissional, também conhecidos como Formação Inicial e Continuada - FIC, a procura e a inserção no mercado de trabalho.

Como se sabe o Plano Brasil Sem Miséria (BSM), lançado em junho de 2011, tem a finalidade de superar a condição de extrema pobreza que atinge a população brasileira, criando oportunidades para elevar a renda e o acesso a serviços dos segmentos mais vulneráveis. Assim, o BSM organiza-se em três grandes eixos de atuação: garantia de renda, acesso a serviços e inclusão produtiva.

Uma das principais ações de inclusão produtiva do Plano Brasil Sem Miséria, é o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), coordenado pelo Ministério da Educação (MEC). Criado pela Lei nº 12.513/2011, essa parceria prevê a oferta gratuita de qualificação profissional para pessoas inscritas ou em processo de inclusão no CadÚnico, com idade a partir de 16 anos, na modalidade intitulada Bolsa-Formação Trabalhador, sob a forma de cursos FIC. Entre o público beneficiário do Pronatec têm prioridade os cadastrados em situação de extrema pobreza, ou seja, com renda familiar per capita de até R\$ 70,00 e os beneficiários de programas federais de transferência de renda, como o Programa Bolsa Família (PBF) e o Benefício de Prestação Continuada (BPC). Sendo

assim, o Pronatec/BSM é um estímulo ao retorno ao sistema educacional de pessoas que necessitam de qualificação profissional para elevar suas chances de inclusão produtiva ou melhorar sua condição de inserção no mundo do trabalho.

2. Metodologia

O desenho da PADS valeu-se tanto da experiência de diferentes enquetes realizadas diretamente pelo Ministério desde 2004, quanto daquelas realizadas em parceria com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou executadas por outras instituições, como a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados- Fundação Seade, o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA e a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República – SECOM. Dentre essas enquetes estão os encartes dos suplementos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios -PNAD, a Pesquisa de Condições de Vida e a Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED.

Baseando-se nessas experiências, a PADS foi idealizada para ser uma pesquisa domiciliar contratada em dois módulos semestrais de modo que o processo de planejamento e execução da pesquisa permitisse a produção regular de informações, na forma de tabelas descritivas e estudos analíticos, em tempo hábil para subsidiar o ciclo de formulação de Políticas e de tomada de decisões no Ministério.

Do ponto de vista metodológico, a PADS é uma pesquisa quantitativa do tipo survey, que se baseia em entrevistas com o uso de questionários estruturados de questões fechadas e abertas passíveis de serem tratadas quantitativamente, com o objetivo de obter informações padronizadas, objetivas e subjetivas da população investigada.

A coleta de dados do primeiro módulo da PADS ocorreu entre os dias 06 e 29 de maio de 2012, com pesquisadores de campo treinados pela empresa contratada e orientados pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, sendo realizadas 5.983 entrevistas. Por sua vez, a coleta de dados do segundo módulo da PADS ocorreu entre os dias 10 de dezembro de 2012 e 10 de janeiro de 2013, tendo como referência o mês de novembro de 2012 e sendo realizadas 6.107 entrevistas. Os respondentes foram chefes de domicílios, cônjuges ou adultos maiores de 18 anos, residentes em áreas urbanas e rurais.

A amostra da pesquisa é do tipo probabilística por conglomerado, obtida em três estágios de seleção: como unidade primária, o município; como unidade secundária, os setores censitários; e como unidade terciária, os domicílios; sendo pois municípios e setores censitários os conglomerados em questão. Para o sorteio dos setores foi utilizada estratificação implícita, segundo tipologia de vulnerabilidade social, construída a partir de variáveis socioeconômicas e

demográficas. A seleção dos domicílios em cada setor sorteado foi realizada pela empresa contratada, que obedeceu aos quantitativos descritos nas bases fornecidas pela Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação – SAGI/MDS, ou seja, em seu último estágio, a seleção se deu por cota de domicílio particular permanente a ser inventariado, proporcional ao tamanho do setor. Assim, a amostra planejada da pesquisa contemplou 6.171 domicílios distribuídos em 975 setores censitários de 150 municípios, de 25 estados brasileiros (com exceção dos estados de Amapá e Roraima).

Quadro 1 - Distribuição da Amostra Planejada por Região

Amostra Planejada			
Região	Município	Setores Censitários	Domicílios
Norte	12	75	458
Nordeste	48	301	1.869
Sudeste	45	315	2.064
Sul	32	199	1.230
Centro-Oeste	13	85	550
Total	150	975	6.171

Fonte: SAGI/MDS

Os questionários da PADS utilizados no primeiro e no segundo módulo foram divididos em blocos temáticos, alguns permanentes, para permitir o constante acompanhamento de determinadas dimensões sociais de interesse do Ministério, e outros específicos, encartados de modo variável nos levantamentos de campo, para coletar informações de interesse mais conjuntural ou episódico, para diagnóstico de alguma questão social emergente ou monitoramento e avaliação de programas e ações em curso.

Além de coletar dados básicos de caracterização demográfica e socioeconômica do respondente, de sua família e domicílio, os questionários da pesquisa procuraram levantar informações mais específicas para subsidiar as ações de Inclusão Produtiva do Plano BSM, em especial as relativas às experiências de Qualificação Profissional, Estratégias de busca por Trabalho e Mobilidade Sócio-Ocupacional. Também foram coletadas informações acerca do Conhecimento de Programas e Ações do Ministério, valendo-se da experiência anterior das Pesquisas de Opinião conduzidas entre 2008 e 2010.

Quadro 2 - Temas Investigados na PADS

Módulo 1	Módulo 2
1. Características da moradia, bens duráveis e infraestrutura urbana.	1. Características da moradia, bens duráveis e infraestrutura urbana.
2. Proximidade da moradia a equipamentos públicos e privados	2. Proximidade da moradia a equipamentos públicos e privados
3. Perfil sociodemográfico do respondente (responsável domicílio/cônjuge)	3. Perfil sociodemográfico do respondente (responsável domicílio/cônjuge)
4. Composição familiar	4. Composição familiar e escolaridade dos membros (motivo de não frequência)
5. Participação em Cursos de Qualificação Profissional e expectativas	5. Participação em Cursos de Qualificação Profissional e expectativas
6. Condição de atividade, procura e inserção do Mercado Trabalho	6. Condição de atividade, procura e inserção do Mercado Trabalho
7. Trajetória ocupacional - primeira, anterior e atual.	7. Conta própria: formalização e microcrédito
8. Mobilidade social em relação aos pais (ocupação e escolaridade)	8. Desemprego, motivos e estratégias de busca por trabalho
9. Conta própria: formalização e microcrédito	9. Inatividade e seus motivos
10. Desemprego, motivos e estratégias de busca por trabalho	10. Rendimentos do trabalho, aposentadoria, outras fontes, de todos os membros do domicílio.
11. Inatividade e seus motivos	11. Lazer, escola, cultura e acesso à internet (para crianças, adolescentes e jovens).
12. Rendimentos do trabalho, aposentadoria, outras fontes, de todos os membros do domicílio.	12. Drogas ilícitas
13. Percepção sobre principais problemas nacionais e ações do governo para redução da pobreza	13. Percepção sobre principais problemas nacionais e ações do governo para redução da pobreza
14. Grau/forma de conhecimento e avaliação de ações e atividades do Plano BSM	14. Grau/forma de conhecimento e avaliação de ações e atividades do Plano BSM

Fonte: Questionários PADS Módulos 1 e 2

A análise dos resultados amostrais da PADS pode ser feita tanto por regiões geográficas quanto por classes socioeconômicas.

Tendo em vista a dificuldade de tratamento da renda reportada e para que fosse possível a análise segundo critérios socioeconômicos utilizando-se os resultados da PADS, construiu-se uma escala de cinco classes socioeconômicas, a partir da análise da posse de bens duráveis, acesso a serviços e do grau de escolaridade do respondente, adaptando a escala de classificação do Critério de Classificação Econômica Brasil – CCEB 2013, da Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa – ABEP.

Os quadros 3 e 4 descrevem o sistema de pontos utilizado para a classificação das classes socioeconômicas definidas e agrupadas. No quadro 3 tem-se a pontuação

definida de acordo com a quantidade de bens de consumo duráveis possuídos e serviços adquiridos pelos respondentes. No quadro 4, a pontuação é definida de acordo com o grau de instrução do chefe da família. Por fim, o quadro 5 corresponde ao resultado da pontuação, segundo o sistema de pontos utilizado, já agrupado as cinco classes socioeconômicas da forma que será utilizada na análise dos resultados.

Sistema de Pontos Utilizado para Classificação

Quadro 3 - Posse de Itens

	Quantidade de Itens				
	0	1	2	3	4 ou +
Televisão em cores	0	1	2	3	4
Rádio	0	1	2	3	4
Banheiro	0	4	5	6	7
Automóvel	0	4	7	9	9
Empregada mensalista	0	3	4	4	4
Máquina de lavar	0	2	2	2	2
TANQUINHO	0	1	1	1	1
Videocassete e/ou DVD	0	2	2	2	2
Geladeira	0	4	4	4	4
Freezer (independente ou parte da geladeira duplex)	0	2	2	2	2

Fonte: SAGI/MDS adaptada do CCEB 2013/ABEP

Quadro 4 - Grau de Instrução do Chefe da Família

Grau de Instrução do chefe de família	
Analfabeto/ Fundamental 1 Incompleto	0
Fundamental 1 Completo / Fundamental 2 Incompleto	1
Fundamental 2 Completo/ Médio Incompleto	2
Médio Completo/ Superior Incompleto	4
Superior Completo	8

Fonte: SAGI/MDS adaptada do CCEB 2013/ABEP

Quadro 5 - Critério de Pontuação Utilizados na Análise dos Resultados

Pontuação adaptada		Módulo I	Módulo II
Classe	Pontos	% Amostra	% Amostra
AB	24 e superior	15,7	13,7
C	15 a 23	43,6	45,5
D1	12 a 14	22,3	22,5
ED2	0 a 11	18,4	18,3

Fonte: SAGI/MDS adaptada do CCEB 2013/ABEP

Ressalta-se que a Classificação CCEB/SAGI construída mostrou-se consistente na comparação com a classificação CCEB 2013 “original” apurada para 9 regiões metropolitanas - RMs em 2011 e entre os dois módulos da PADS.

3. Resultados

A coleta de dados em campo revelou-se bem sucedida, mesmo havendo dificuldades de localização de setores censitários, deslocamentos na Região Norte, recusas de entrevistas em bairros e apartamentos de classe média e a necessidade de retorno a domicílios para a efetivação das entrevistas. A taxa de realização da amostra foi de 97% no Módulo 1 e 99% no Módulo 2 da Pesquisa, com desempenho relativamente homogêneo pelas regiões.

Tabela 1 – Taxa de Realização da Amostra

Região	Amostra Planejada	Módulo 01		Módulo 02	
		Domicílios realizados	% coleta	Domicílios realizados	% coleta
Norte	458	456	99,6	458	100
Nordeste	1869	1794	95,9	1855	99,3
Centro-Oeste	550	571	103,8	547	99,5
Sudeste	2064	1987	96,3	2033	98,5
Sul	1230	1175	95,5	1214	98,7
Total	6171	5983	96,9	6107	98,9

Fonte: SAGI/MDS

Para fins de recorte analítico, como já mencionado anteriormente, construiu-se uma escala de classes socioeconômicas, a partir da posse de bens duráveis, acesso a serviços e grau de escolaridade do respondente, adaptando a escala de classificação do Critério de Classificação Econômica Brasil – CCEB 2013, da Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa – ABEP.

Neste Sumário Executivo são apresentados os resultados obtidos quanto ao tema da inclusão produtiva, especificamente, no que se refere aos cursos de qualificação profissional, também conhecidos como Formação Inicial e Continuada – FIC; a procura e a inserção no mercado de trabalho. Por último, também serão apresentados, sucintamente, os resultados obtidos quanto à presença de itens de infraestrutura pública nos arredores do domicílio dos respondentes e quanto ao conhecimento dos programas do MDS e do Plano Brasil Sem Miséria.

3.1 Resultados Referentes aos Cursos de Qualificação Profissional

Primeiramente, serão informados os resultados referentes aos cursos de qualificação profissional, conhecidos também como cursos de formação inicial e continuada. Estes cursos são estudos sem aumento do nível de escolaridade. Com duração variável, eles conferem certificado de participação e muitas vezes podem ser realizados sem exigência de grau de escolaridade. A proposta desses cursos é qualificar o profissional para o trabalho, sem aumento do seu nível de escolaridade.

3.1.1 Resultados Referentes aos Cursos de Qualificação Profissional Frequentados pelos Respondentes à Época da Pesquisa

Em todas as classes socioeconômicas a percentagem dos respondentes que não frequentavam curso de qualificação profissional à época da pesquisa foi bastante elevada, sendo a média nacional de 97%. As classes D1 e ED2 são as que apresentaram os maiores índices, respectivamente, 98 % e 99%.

Quando perguntados se enfrentavam alguma dificuldade para frequentar o curso de qualificação profissional, 72% dos respondentes disseram que não e 28% que sim. Observa-se que as classes socioeconômicas C e ED2 são as que enfrentaram mais dificuldades para frequentar o curso, respectivamente, 37% e 35% (médias superiores à nacional de 28%).

As principais dificuldades enfrentadas para a realização do curso foram: problemas financeiros (47%), falta de recursos para o transporte (13%), horário do curso incompatível com o trabalho ou atividade produtiva representou (12%) e local do curso pouco acessível (8%).

Dentre os que disseram que frequentavam curso de qualificação, a maioria dos respondentes faziam cursos de até 2 meses de duração, pagos por eles mesmos. Os cursos eram oferecidos, principalmente, por: Prefeitura (11%), Governo Federal (10%), Governo Estadual (7%) e Sistema S¹ (9%).

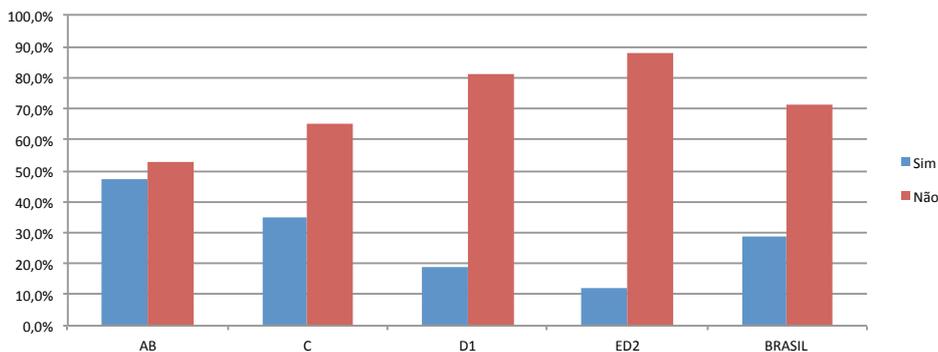
1 Fazem parte do Sistema S: Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC, Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI, Serviço Social da Indústria - SESI, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE, Serviço Social do Comércio - SESC, Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR, Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte - SENAT e Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo - SESCOOP.

3.1.2 Resultados Referentes aos Cursos de Qualificação Profissional Frequentados pelos Respondentes Anteriormente

A percentagem dos respondentes que não frequentaram curso de qualificação profissional anteriormente à realização da pesquisa, foi de 71%, sendo ainda maior nas classes ED2 e D1, respectivamente, 88% e 81%.

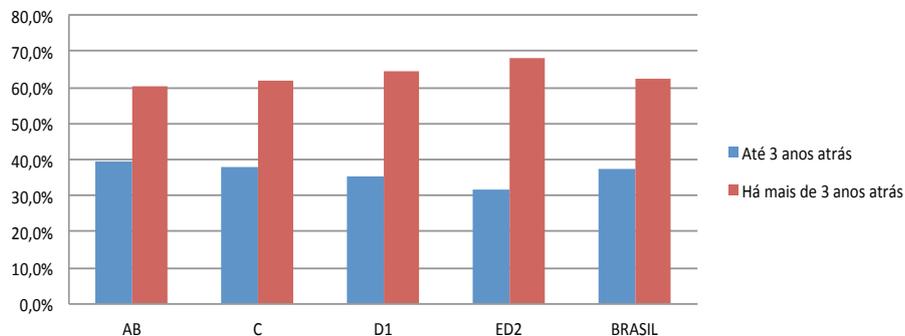
Dentre os 29% que frequentaram curso de qualificação profissional anteriormente, a maior parte o fez há mais de 3 anos. Nota-se que a distribuição percentual, neste caso, em todas as classes socioeconômicas é bastante similar à média nacional, como demonstrado no gráfico 2.

Gráfico 1: Você frequentou algum curso de qualificação profissional antes ?



Fonte: SAGI/MDS

Gráfico 2: Há quanto tempo você fez esse curso ?

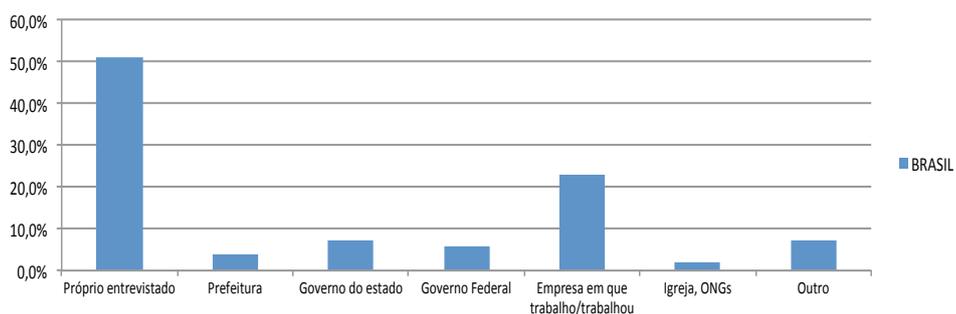


Fonte: SAGI/MDS

Ainda, a maioria dos respondentes (64%) que fizeram o curso de qualificação profissional em até 3 anos, fez cursos de 2 ou mais meses.

Entre os respondentes que fizeram o curso de qualificação profissional em até 3 anos, como pode ser observado no gráfico 3, foi o próprio entrevistado quem pagou pelo curso (51%) ou a empresa que trabalha ou trabalhou (23%).

Gráfico 3: Quem pagou esse curso ?



Fonte: SAGI/MDS

A maioria dos respondentes (80%) que fizeram o curso de qualificação profissional em até 3 anos não enfrentaram dificuldades para frequentá-lo.

As principais dificuldades enfrentadas para a realização do curso, dentre os 20% dos respondentes que apresentaram alguma dificuldade, variaram de acordo com a classe socioeconômica. Assim, para a classe ED2 a maior dificuldade foi o horário do curso ser incompatível com o trabalho ou atividade produtiva (35%), seguida da falta de recursos para o transporte (22%). Para a classe D1 foi o local do curso ser pouco acessível (17%) e a falta de recursos para o transporte (14%). Para a classe C, a principal dificuldade foi problemas financeiros (28%), seguidos da falta de recursos para o transporte e do horário do curso incompatível com o trabalho ou atividade produtiva, ambos, 14%. Por fim, para a classe AB as principais dificuldades foram o local do curso pouco acessível (23%) e o horário do curso incompatível com o trabalho ou atividade produtiva (22%).

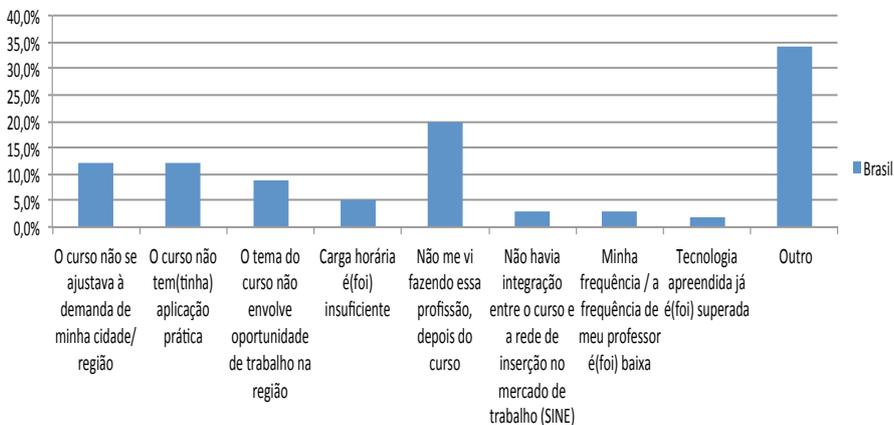
Quando perguntados se frequentaram o curso de qualificação profissional até o final, a maioria dos respondentes, que fizeram o curso de qualificação profissional em até 3 anos atrás, responderam que sim, sendo a média nacional de 87%. Dentre os que frequentaram o curso até o final, 94% obteve certificação/aprovação no curso. Observa-se que esta média é superior a 90% e similar para todas as classes socioeconômicas, com exceção, da classe ED2, cuja média, apesar de elevada, é um pouco mais baixa (82%).

Também foi perguntado aos respondentes que disseram que frequentavam ou frequentaram curso de qualificação profissional ou ambos, se o curso era ou havia sido útil para a vida profissional ou pessoal deles. Do total de respondentes, 81% disse que o curso era ou foi útil para eles. Dentre estes, quase metade (48%) respondeu

que o curso que faziam ou haviam feito correspondia à profissão e ao emprego que possuíam. Uma percentagem de 16% que o curso possibilitava ou havia possibilitado aumentar o número de conhecidos, e esses os encaminharam para um novo emprego, fora da temática do curso que faziam ou haviam feito e; 8% que o curso era ou havia sido útil, mas o mercado não estava contratando. Apesar das respostas das classes socioeconômicas ED2 e D1 serem bastante semelhantes à média nacional, nota-se que nenhum respondente da classe ED2 disse que a partir do curso pôde acessar o SINE e conseguir um emprego, mesmo que fora da temática do curso de qualificação.

Para os 16% que responderam que o curso de qualificação que faziam ou haviam feito não era ou havia sido útil para a vida profissional ou pessoal deles, foi também perguntado por que consideravam que o curso não era ou havia sido útil na inserção ou reinserção deles no mercado de trabalho. No gráfico 4, observa-se que a maioria deles, 34% dos respondentes, apontou outro motivo como resposta. Novamente, como não havia sido pedido para os respondentes explicarem e indicarem o motivo, não foi possível conhecer suas respostas. Um total de 20% respondeu que não se via exercendo a profissão aprendida no curso de qualificação. Ainda, 12% dos respondentes disseram que o curso não se ajustava à demanda de trabalho da cidade ou região onde viviam; 12% que o curso não tinha ou havia tido aplicação prática para a vida profissional deles; 9% que o curso não tinha temática relacionada às oportunidades de trabalho na região onde viviam; 5% que a carga horária do curso não era ou havia sido suficiente; 3% que não havia integração entre o curso e a rede de inserção no mercado de trabalho (SINE); 3% que a frequência deles ou do professor durante o curso de qualificação era ou havia sido baixa e; 2% que a tecnologia aprendida no curso de qualificação era ou havia sido superada. Ainda, nota-se que nenhum respondente da classe socioeconômica ED2 apontou os seguintes motivos: o curso não tinha ou havia tido aplicação prática para a vida profissional deles, o curso não tinha temática relacionada às oportunidades de trabalho na região onde viviam e a tecnologia aprendida no curso de qualificação era ou havia sido superada.

Gráfico 4: Por que considera que o curso NÃO foi (é) útil na (re)inserção no mercado de trabalho ?



Fonte: SAGI/MDS

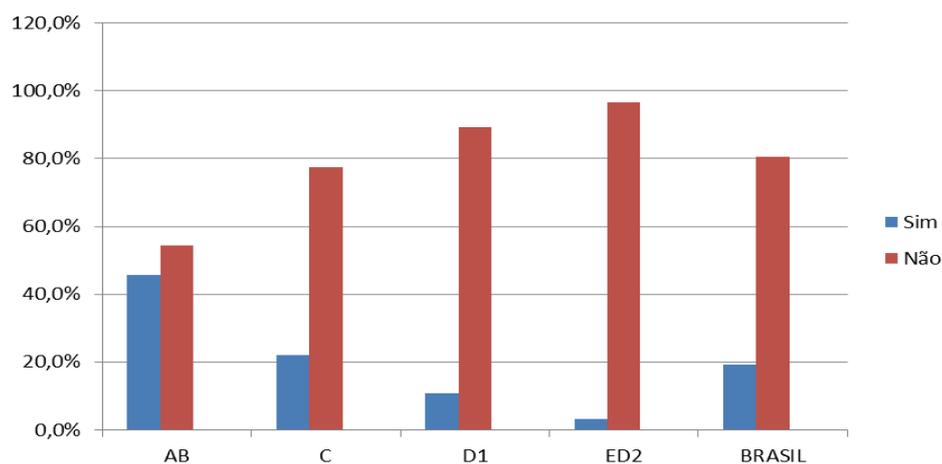
3.2 Resultados Referentes aos Entrevistados que Trabalham por Conta Própria

Na PADS foi investigado para o grupo de respondentes que estavam trabalhando, à época da realização da pesquisa, e responderam ser profissional autônomo de nível universitário, conta própria, empregado por produção, empregador, estagiário não remunerado, dono de negócio familiar, trabalhador na produção para o próprio consumo, trabalhador na construção para o próprio uso e aposentados, se este grupo desenvolvia algum trabalho na própria casa e se o empreendimento que possuía havia sido formalizado. Neste último caso, sendo negativa a resposta, se perguntou ainda qual a razão para a não formalização do empreendimento.

Em relação à pergunta se os respondentes desenvolviam algum trabalho em suas casas, 65% responderam que não e 35% que sim. Por sua vez, as classes socioeconômicas ED2 e D1 são as que tiveram o maior número de respondentes que disseram não, respectivamente, 75% e 70%. Já na classe C, 41% dos respondentes disseram que desenvolviam algum trabalho em suas casas.

Quando perguntados se haviam formalizado seus empreendimentos, 19% responderam que sim e 81% que não. Nota-se que os respondentes das classes ED2 e D1 foram os que menos tiveram seus empreendimentos formalizados, respectivamente, 97% e 89% deles responderam que não haviam formalizado, como demonstrado no gráfico 5.

Gráfico 5: Você formalizou seu empreendimento ?



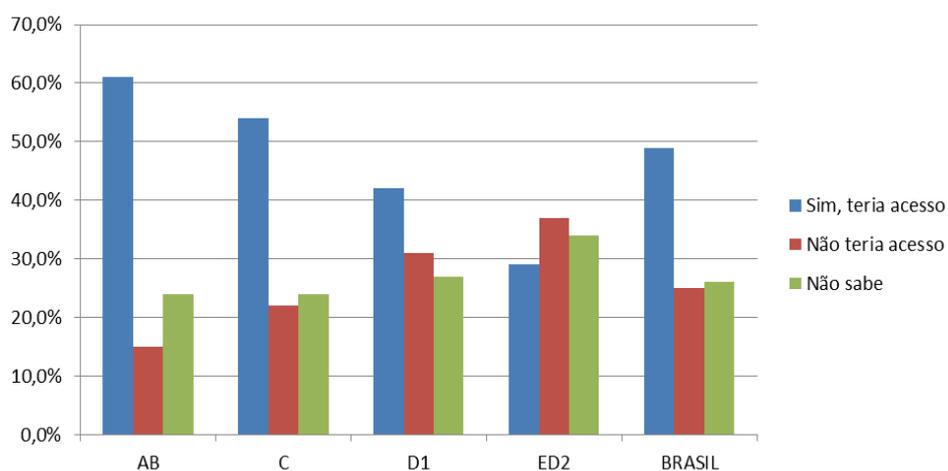
Fonte: SAGI/MDS

Para os respondentes que disseram que não haviam formalizado seus empreendimentos, foi, ainda, perguntado qual a razão da não formalização. Observou-se que o principal motivo para todas as classes socioeconômicas foi o fato do lucro ser pequeno (31%). Um total de 22 % respondeu se tratar de outro motivo, mas como a pesquisa não solicitou aos respondentes explicitar o motivo, não foi possível conhecer suas respostas. Ainda, 18% respondeu que trabalhava para o próprio consumo.

3.3 Resultados Referentes à Estratégia de Procura de Trabalho

Em relação ao mercado de trabalho, a PADS investigou também a estratégia de procura de trabalho dos respondentes. Dessa forma, foi perguntado a eles se em suas cidades teria, caso desejassem utilizar, uma agência pública de emprego para intermediação de mão de obra, como o SINE. Como pode ser observado no gráfico 6, 49% dos respondentes responderam que sim, 25% que não teria acesso e 26% não sabia dizer. Nota-se que as respostas da classe socioeconômica ED2 têm distribuição mais distinta da média nacional. Para a classe socioeconômica ED2, 37% não teria acesso, 29% teria e 34% não sabia dizer.

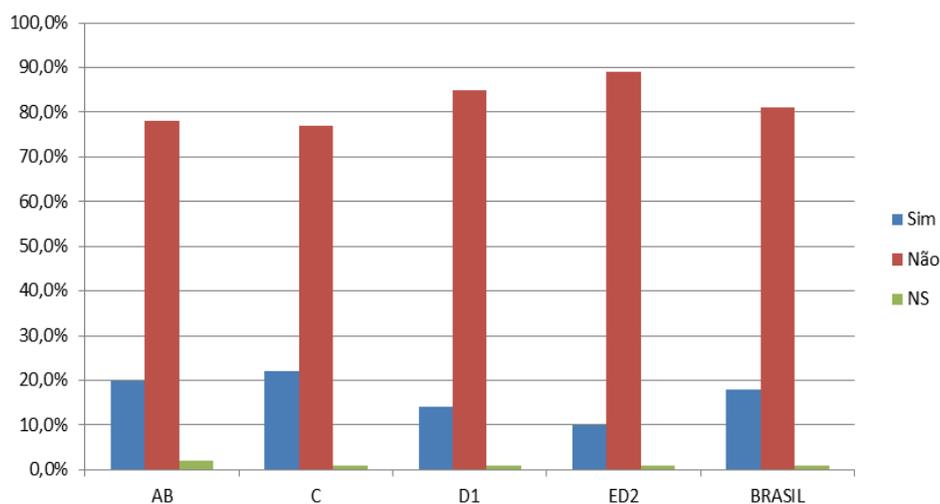
Gráfico 6: Você teria acesso em sua cidade, caso desejasse utilizar um agência pública de emprego



Fonte: SAGI/MDS

Perguntou-se, ainda, se os respondentes já haviam utilizado o SINE ou outra agência pública de emprego e apenas 18% disseram que sim. Novamente, nas classes socioeconômicas mais baixas ED2 e D1, o número de respondentes que disseram sim é ainda menor que a média (10% e 14%, respectivamente).

Gráfico 7: Você já usou o SINE ou outra agência pública de emprego?



Fonte: SAGI/MDS

Por último, investigou-se sobre o uso dos seguintes serviços do SINE na estratégia de procura de trabalho: procura de vagas, ajuda para elaboração de currículo, cursos de qualificação profissional/geração de trabalho e renda, emissão de carteira de trabalho. Nota-se que a larga maioria dos respondentes não utilizaram esses serviços como estratégia de procura de trabalho.

3.4 Resultados Referentes a Projetos Futuros e Aspirações

No que se refere a projetos futuros e aspirações, 44% dos respondentes da PADS disseram não possuir nenhum projeto e 11% respondeu que teria outro projeto/aspiração não citado na pesquisa. Ainda, os projetos/aspirações mais citados pelos respondentes foram os seguintes: abrir um negócio próprio (13%); fazer um curso profissionalizante (8%); fazer um curso universitário ou de pós-graduação (7%), conseguir um emprego (3%), mudar para um emprego melhor (3%) e fazer um concurso público (2%).

3.5 Resultados Referentes à Presença de Itens de Infraestrutura Pública nos Arredores do Domicílio

Tabela 2 – Presença de Itens de Infraestrutura Pública nos Arredores do Domicílio

Itens de Infraestrutura	AB	C	D1	ED2	Brasil
Creche pública	56,1%	55,4%	43,5%	39,2%	49,9%
Escola pública de ensino fundamental	89,2%	85,4%	78,5%	73,4%	82,3%
Escola pública de ensino médio	78,2%	73,5%	64,1%	54,1%	68,6%
Hospital/ pronto socorro/ clínica médica com atendimento pelo SUS	44,2%	36,4%	28,8%	23,7%	33,6%
Posto de saúde	79,1%	78,0%	75,3%	66,1%	75,4%
Farmácia popular	50,6%	40,0%	36,4%	28,4%	38,7%
Praça ou parque público	69,3%	55,6%	43,9%	36,2%	51,6%
Playground público	38,4%	21,8%	15,0%	8,9%	20,5%
Equipamentos de ginástica, quadra de esportes, pista de skate, pista de caminhada e/ou ciclovia	37,1%	28,5%	18,5%	16,7%	25,5%
Biblioteca pública	23,5%	20,4%	16,4%	12,8%	18,6%
Telefone público	88,1%	79,1%	72,1%	64,1%	76,2%
Centro de Referência da Assistência Social - CRAS/ Casa da família	20,6%	24,3%	23,7%	21,6%	23,1%
Restaurante popular	8,5%	7,3%	6,3%	4,0%	6,7%
Cozinha comunitária	4,1%	3,5%	2,5%	2,2%	3,2%
Feira de produtos agrícolas	46,2%	35,7%	29,9%	27,5%	34,6%
Posto policial/ delegacia/ UPP	51,8%	45,1%	38,1%	34,0%	42,5%
Parada de meios de transporte público (ônibus/ metrô/ trem)	88,8%	80,9%	72,8%	61,2%	76,7%
Agência dos correios	49,7%	37,6%	30,0%	27,4%	35,9%
Agência bancária/ lotérica	61,4%	49,1%	37,6%	32,4%	45,4%
Postos públicos de acesso à internet	8,4%	8,4%	5,4%	5,3%	7,2%
Lanhouse	65,0%	60,5%	50,6%	39,9%	55,2%

Fonte: SAGI/MDS

Em seu primeiro módulo, que ocorreu entre os dias 06 e 29 de maio de 2012, a PADS buscou também investigar a presença de itens de infraestrutura pública nos arredores dos domicílios dos respondentes.

Observa-se que na distribuição por classes socioeconômicas, as classes AB e C sempre apresentam percentagens maiores de itens de infraestrutura pública nos arredores de seus domicílios em relação às classes D1 e E2.

Os itens de infraestrutura pública mais presentes nos arredores dos domicílios, como pode ser observado no tabela 2, são escolas públicas de ensino fundamental e médio, respectivamente, 82,3% e 68,6%; paradas de meios de transportes públicos (76,7%); telefones públicos (76,2%) e postos de saúde (75,4%).

Quando se trata de itens de lazer, apenas praça ou parque público aparece com percentagem acima de 50%. Os itens playground público, equipamentos de ginástica, quadra de esportes, pista de skate, pista de caminhada e/ou ciclovia, biblioteca pública apresentam percentagens em torno de 20%. No entanto, essas percentagens são bem menores para a classe econômica E2, 8,9% (playground público), 16,7% (equipamentos de ginástica, quadra de esportes, pista de skate, pista de caminhada e/ou ciclovia) e 12,8 (biblioteca pública).

Os itens creche pública e lanhouse têm percentagem em torno de 50%, e posto policial/ delegacia/ Unidade de Polícia Pacificadora – UPP e agência bancária/ lotérica em torno de 40%.

Os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) aparecem nos arredores de 23,1% dos domicílios.

Por último, postos públicos de acesso à internet (7,2%), restaurante popular (6,7%) e cozinha comunitária (3,2%) são itens de infraestrutura pouco presentes nos arredores dos domicílios.

3.6 Resultados Referentes às Ações do Governo para Reduzir a Miséria e o Desemprego

Por último são apresentados os resultados obtidos quanto ao conhecimento dos programas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS e do Plano Brasil Sem Miséria.

Os respondentes citaram como principais ações que o governo poderia adotar para ajudar as pessoas a se inserirem no mercado de trabalho a promoção de cursos profissionalizantes rápidos, por meio do Sistema S; a oferta de bolsas de estudo para estudantes universitários de baixa renda e; o estímulo às empresas para a contratação da população de baixa renda.

Quando perguntados se o Brasil conseguirá superar a miséria, 34% dos respondentes disse que, provavelmente sim, mas nos próximos 15 anos; 29% disse que não, o Brasil sempre terá miséria; 17% que não, as ações do governo não têm sido capazes de alcançar esse objetivo; 14% que sim, o Brasil está crescendo e conseguirá superar a miséria em menos de 5 anos e; 6% não respondeu.

Em relação à Assistência Social, tem-se que os Centros de Referência da Assistência Social – CRAS são conhecidos pela metade dos entrevistados e todas as classes socioeconômicas desconhecem o Benefício de Prestação Continuada -BPC.

O Plano Brasil Sem Miséria é conhecido por mais da metade dos respondentes, sendo a média nacional de 59%. A classe socioeconômica AB é a que mais conhece o Brasil Sem Miséria (72%) e a ED2 a que menos conhece (47%). No entanto, a grande maioria dos respondentes considera o Plano Brasil Sem Miséria muito importante (44,5%) ou importante (49%).

O Programa Bolsa Família é o programa/ação governamental mais conhecido: 98% o conhecem. Como referência, o Programa Luz para Todos alcança 71% de conhecimento. Assim, o conhecimento é muito alto em todos os estratos e, diferentemente de outros programas, 40% dizem ter muitas informações sobre o programa.

Cerca de 92% dos entrevistados em dezembro/2012 consideravam o Programa Bolsa Família importante ou muito importante, quase 3 pontos percentuais a mais que o apurado no levantamento de maio/2012. Houve aumento da importância atribuída ao programa pelas classes médias e de 10 pontos percentuais pela classe alta.

Ficha Técnica

Execução da pesquisa

CP2 Consultoria, Pesquisa e Planejamento Ltda.

Unidades Responsáveis

Secretário de Avaliação e Gestão da Informação

Paulo de Martino Jannuzzi

Diretor do Departamento de Avaliação

Alexandro Rodrigues Pinto

Equipe de Acompanhamento da Pesquisa

Antônio de Pádua

Nathália Porto

Bruno Segnorini de Moura

Juliano Oliveira

Meire Cotta

Matheus Moravia

Antonioni Alves

Bernadete Ventura

Elaboração

Bruno Cabral França

Cristiane Vasconcelos Horta Godinho

Sabrina Medeiros Borges

Waldivino J. Pereira Júnior

Revisão do Sumário Executivo

Secretário Paulo de Martino Jannuzzi

Diagramação do Sumário Executivo

Victor Gomes de Lima

Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação

Esplanada dos Ministérios | Bloco A | Sala 323

CEP: 70.054-906 Brasília | DF

Fone: 61 2030-1509 | Fax: 2030-1529

www.mds.gov.br/sagi